LEI Nº 077/2001

De, 26 de marco de 2001.

Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável –CMDRS e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável CMDRS, e de caráter consultivo e orientativo e de funcionamento permanente.
 - Art. 2° Ao CMDRS compete:
- I Promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal e Órgãos e entidades públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento rural do Município;
- II Apreciar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável PMDRS, e emitir parecer consultivo atestando a sua viabilidade técnico-financeira, à legitimidade das ações proposta em relação as demandas formuladas pelos agricultores, e recomendando a sua execução:
 - III Exercer vigilância sobre as execuções das ações previstas no PMDRS;
- IV Sugerir ao Executivo Municipal e aos órgão e entidades públicas e privadas que atuam no Município ações que contribuam para o aumento da produção agropecuária e para geração de emprego e renda no meio rural;
- V Sugerir política e diretrizes às ações do Executivo Municipal no que concerne à produção do meio ambiente, ao fomento agropecuário e à organização e a regularidade do abastecimento alimentar do Município;
- VI Assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades agropecuários desenvolvidas no Município;
- VII Promover articulações e compatibilizações entre as políticas municipais e as políticas estaduais e federais voltadas para o Desenvolvimento Rural Sustentável;
 - VIII Acompanhar e avaliar a execução do PMDRS.

2551112 (08 PHR)

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

Rua Raul Galdino, 89 - CEP 59808-000 - Telefax. 351-9030 C. G. C. 01.613.858/0001 - 94

- Art. 3° O CMDRS tem foro e sede no Município de Serrinha dos Pintos.
- Art. 4° O mandato dos membros do **CMDRS** será de 02 (dois) anos podendo ser prorrogado por igual período, e o seu exercício será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviços relevante prestado ao Município.

Art. 5° - Integram o CMDRS:

- 1. Um representante da Prefeitura Municipal;
- 2. Um representante da EMATER;
- 3. Um representante Secretaria Municipal de Agricultura;
- 4. Um Representante da Câmara Municipal;
- 5. Um Representante da Igreja Católica;
- 6. Um Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- 7. Um Representante da Associação do Des. Com. De Serrinha dos Pintos;
- 8. Um Representante da Associação dos Produtores. Rurais de Sítio Lages;
- 9. Um Representante da Associação dos Produtores Rurais do Sítio Velho e
- 10. Um Representante da Associação dos Produtores Rurais do Sítio Boa Vista.

Parágrafo Único – Os membros do CMDRS serão designados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades representadas.

- Art. 6° O Executivo Municipal através de seus órgãos e entidades direta e indireta, fornecerá as condições e as informações necessárias para o **CMDRS** cumprir as suas atribuições.
 - Art. 7º O CMDRS elaborará o seu Regimento Interno, para regular o seu funcionamento.
- Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados as disposições anteriores encontradas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serrinha dos Pintos-RN, em 26 de março de 2001.

Luiz Gonzaga de Queiroz

Prefeito